

ISSN 2237-8006

Governet

A revista do administrador público

BOLETIM DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO MUNICIPAL

Ano 15 | N. 163
Abril de 2025

A versão digital está disponível para *download* no site: www.governet.com.br
em "nossos produtos", "Revistas On-line"

SUMÁRIO

DIREITO MUNICIPAL

- 462** SECURITIZAÇÃO DE RECEBÍVEIS MUNICIPAIS – CUIDADOS PARA ALÉM DAQUELES DA LEI COMPLEMENTAR 208/2024
Alexandre Manir Figueiredo Sarquis
- 468** SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Impossibilidade de regime híbrido para servidores municipais
- 474** TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Determinações a respeito do controle e da gestão do sistema de transporte público municipal
- 481** CÂMARA MUNICIPAL – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS À COMUNIDADE – POSSIBILIDADE

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

- 484** ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: ATÉ ONDE VAI A “CARONA” PERMITIDA PELA LEGISLAÇÃO?
Marco Aurélio Bertaiolli, Robert Werner Koller
- 487** SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
A vedação de participação de cooperativas em licitações para a contratação de serviços terceirizados é válida
- 491** TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
É lícito prever a desclassificação de propostas que adotarem, na planilha de custos e formação de preços, valores inferiores aos orçados para a soma de salário e auxílio-alimentação
- 504** TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
A contratação de plataformas privadas de licitação precisa ser justificada e realizada por meio de pregão eletrônico
- 512** LICITAÇÃO FRACASSADA – FASE RECURSAL – CABIMENTO

FINANÇAS PÚBLICAS

- 516** FISCALIZAR AS EMENDAS
Dimas Ramalho
- 518** SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Inconstitucionalidade de lei municipal que exclua valores da base de cálculo do ISS fora das hipóteses previstas em lei complementar nacional

SUMÁRIO

522 TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Entendimento sobre o alcance da expressão “empresas estatais dependentes” para fins da Lei de Responsabilidade Fiscal

550 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Projeto de lei que cria despesa deve ter estudo prévio de impacto orçamentário

557 IMUNIDADE TRIBUTÁRIA – MATÉRIA CONSTITUCIONAL – CONSIDERAÇÕES

OUTROS TEMAS DE DIREITO ADMINISTRATIVO

560 PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL: UM INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO PARA PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE NO TCESP
Leandro Dall’Olio, Silvia M. A. Guedes Gallardo

568 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Compete exclusivamente à União legislar sobre normas gerais de licenciamento ambiental

576 TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Aspectos ambientais devem compor o projeto básico de contratação de estações de tratamento de água

593 ÁREA PÚBLICA – SUPRESSÃO VEGETAL – RESPONSABILIDADE – CONSIDERAÇÕES

596 ÍNDICE ACUMULATIVO